

Microcrédito para microempreendedores do bairro Granja Portugal: reflexões e efetividade das políticas

Microcredit for small entrepreneurs in the neighborhood Granja Portugal: reflections and effectiveness of policies

Microcrédito para los pequeños empresarios en el barrio Granja Portugal: reflexiones y eficacia de las políticas

Microcrédit pour les petits entrepreneurs dans le quartier Granja Portugal: réflexions et l'efficacité des politiques

*Eduardo Girão Santiago**

Resumo: O presente artigo aborda o tema do microcrédito e do fomento ao empreendedorismo como políticas públicas destinadas aos microempreendedores da economia informal. Apresenta as principais características dos programas de microcrédito desenvolvidos no bairro Granja Portugal, que compõe o conglomerado urbano denominado Grande Bom Jardim, em Fortaleza, Ceará. Enfoca os limites e possibilidades dos programas de microcrédito como instrumento de geração de ocupação e renda e de combate à pobreza a partir da contextualização teórica sobre o composto microcrédito-empreendedorismo e com base em pesquisa amostral realizada neste bairro, área de maior densidade de atividades econômicas informais da periferia de Fortaleza.

Palavras-chave: microcrédito, geração de ocupação e renda, empreendedorismo, políticas públicas.

Abstract: This article addresses the issue of microcredit and the promotion of entrepreneurship as public policies designed to micro-entrepreneurs in the informal economy. It presents the main characteristics of microcredit programs developed in the neighborhood Portugal Granja, which makes up the urban garden called Great "Bom Jardim". It focuses on the limits and possibilities of microcredit programs as a means of generating jobs and income to fight poverty from the theoretical context of the compound micro-entrepreneurship and based on sample survey carried out in this neighborhood, higher density area of economic activities informal on the outskirts of Fortaleza.

Keywords: microcredit, generating jobs and income, entrepreneurship, public policies.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), é professor do departamento de Ciências Sociais e membro do corpo docente do curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas da UFC. E-mail: egsantiago@terra.com.br

Introdução O conceito de microcrédito alude a experiências de concessão de pequeníssimos financiamentos reembolsáveis, com base em juros positivos, destinados a pessoas pobres, que sobrevivem, precariamente, no setor informal de trabalho. Segundo Barone (2002 p. 14),

[...] microcrédito é a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica. Sob denominações diversas (bancos do povo, bancos dos pobres, bancos sociais, bancos comunitários, caixas do povo, bancos populares etc), as instituições que aportam créditos a segmentos populacionais pobres dos países do Terceiro Mundo baseiam-se na modelar experiência do Grameen Bank, em Bangladesh, que, na opinião de seu criador, professor Muhammad Yunus, objetiva combater a pobreza e valorizar o "auto-emprego". (Yunus, 2000, p.268).

Segundo Costanzi (2002, p. 21), o microcrédito pode ser entendido como crédito para pobres ou microempreendedores de baixa renda sem acesso ao crédito formal, concedido sem garantias reais, propiciando mecanismo autossustentável de combate à pobreza e à exclusão social.

De acordo com esse autor, o microcrédito é, fundamentalmente, democratização do crédito. A sua compreensão acerca do microcrédito ressalta a autossustentabilidade em oposição a ações assistencialistas de combate à pobreza que precisam de recursos a fundo perdido para combatê-la, muitas vezes sem impactos duradouros ou de longo prazo sobre o público beneficiário.

Isto remonta à ideia de que os pobres precisam de capital para fazer sua

emancipação econômica, mediante um empréstimo a ser assumido por eles, rompendo com práticas populistas ou demagógicas. Esta não é uma questão consensual. Os microprodutores argumentam que estas exigências são muito rigorosas para eles, enquanto muito dinheiro público já foi posto à disposição de setores econômicos protegidos que se beneficiaram de generosos subsídios, ou mesmo de homéricos calotes...

Convém registrar que, na ótica de Parente (2002, p. 14),

[...] o conceito de microcrédito não se esgota na noção de valor. Ele carrega um conjunto de atributos relativos à forma como o crédito é concedido e restituído, à finalidade do empréstimo e ao público apto a figurar como tomador. Estes constituem os campos mais amplos das microfinanças, que se pode definir como a prestação de uma gama de serviços financeiros (microcrédito, poupança, seguros, serviços bancários) adequados para a camada da população de baixa renda.

Assim, na perspectiva analítica apresentada por essa autora, o microcrédito é apenas um dos serviços financeiros das microfinanças. Além dos pequenos valores, "o crédito é direcionado a um público específico, ou seja, à camada da população de mais baixa renda, em geral excluída do sistema financeiro convencional, em especial aos microempreendedores do segmento informal da economia".

Tanto Costanzi como Parente demarcam a ideia de que o microcrédito não é filantropia, doação ou mesmo simples transferência de renda. Ambos, ainda, exorcizam a ideia de assistencialismo ou tratamento paternalista, configurados nas políticas e nos programas públicos como "a fundo perdido". Em suma, os autores ora referidos advogam a ideia de que o microcrédito propicia uma nova relação emancipatória e de confiança, mais permanente e devidamente adequada

entre os "tomadores de crédito" e as organizações financeiras, sejam governamentais, do setor privado ou da sociedade civil.

Em recente publicação interna sobre o programa de microcrédito Crediamigo, do Banco do Nordeste do Brasil (2002, p. 04), convém ressaltar as seguintes considerações introdutórias:

As transformações experimentadas pela economia ao longo do século XX forçaram mudanças profundas na configuração do mercado de trabalho. O aumento do desemprego e a própria precarização do emprego, que abandonou conceitos clássicos, como a estabilidade, injetou uma força especial no mercado informal, principalmente em países do Terceiro Mundo e em desenvolvimento, os quais apresentam um elevado estoque de mão de obra com baixa instrução.

Diz, ainda, o referido documento que: "a consequência mais imediata é a formação de um grande contingente de microempreendedores impedidos de acessar o mercado formal de crédito, principalmente pelo baixo nível operacional e pela falta de garantias".

Concluindo a argumentação desse texto, vale registrar a concepção ali contida, assim descrita:

Abre-se, dessa forma, espaço para a adoção de uma política de geração de emprego e renda que contemple os microempreendedores do setor informal. Diante desse contexto, o microcrédito tem-se revelado como uma interessante estratégia de inclusão social ao permitir o acesso a empréstimos de baixos valores com juros mais elevados que os de mercado, exigindo garantias bem mais adequadas a essa realidade. (BNB, 2002, p. 04).

No que diz respeito às funções do microcrédito, há uma ampla área de consenso entre os estudiosos do tema no sentido de que esta política permite a redução da pobreza e da exclusão, pois viabiliza a disponibilidade de ativos produtivos para os pobres e excluídos so-

ciais. Segundo Costanzi (2002, p. 22), "da mesma forma que a educação e o capital humano constituem importantes ativos produtivos no combate à pobreza, o acesso ao crédito também se mostra como importante aliado nessa missão".

É importante ressaltar, também, o fato de Costanzi reconhecer que, mesmo sendo um eficiente instrumento de combate à pobreza, muitos programas de microcrédito têm dificuldade "para atingir o núcleo duro da pobreza", pois, nestes casos, o microcrédito deverá estar integrado com outras ações de combate à pobreza, inclusive a assistência social.

Microcrédito para empreendedores: discussões e controvérsias sobre os seus resultados

É bastante diversificado o volume de intenções, objetivos, missões e visões estratégicas das experiências de concessão de microcrédito, que vão desde o inusitado "bancarizar" a pobreza, passando por objetivos como "gerar ocupação e renda", "combater a pobreza e o desemprego", "desenvolver o espírito empreendedor de pequenos donos de negócios", e até visões éticas do tipo "criar consciência de valor e dignidad del trabajo humano" e "construir un puente de solidaridad entre quienes necesitan trabajo y quienes quieren colaborar com ellos".¹

Os estudiosos sobre o tema em destaque convergem para a argumentação de que o microcrédito é um poderoso instrumento de combate à pobreza, pois liberta os "empreendedores" dos agiotas, que, em geral, praticam taxas exorbitantes de juros, bem acima dos níveis operados no mercado.

Nesta perspectiva, observa-se, recentemente que o composto microcrédito/empreendedorismo transformou-se na política predominante, quer do Estado ou de instituições do Terceiro Setor, para que as pessoas se insiram no mercado de

trabalho. Nessa direção, Barone (2002, p.14) assim se pronuncia:

[...] O microcrédito democratiza o acesso ao crédito, fundamental para a vida moderna, do qual grande parte dos brasileiros está excluída. A disponibilidade de crédito para empreendedores de baixa renda, capazes de transformá-lo em riquezas para eles próprios e para o País, faz do microcrédito parte importante das políticas de desenvolvimento. A geração de trabalho e renda para as famílias usuárias vem introduzindo um papel estratégico para o microcrédito, com o favorecimento de formas alternativas de ocupação e aumento da produtividade dos pequenos empreendimentos. Também é ferramenta importante no processo de combate à pobreza, na medida em que o acesso ao crédito produtivo contribui para a melhoria de vida do segmento pertencente à base da pirâmide econômica e social.

A despeito de todo um rigor conceitual em torno do tema das microfinanças, bem como da exortação sobre o seu poderoso potencial de inserção produtiva no mercado de trabalho, de combate à pobreza e até de instrumento de autoajuda para se transformar em empresários de sucesso, há uma contraposição de alguns especialistas sobre estes atributos do microcrédito. No entender de Toscano (2002, p. 02),

[...] o Governo brasileiro {período FHC} optou por tratar o microcrédito em consonância com os interesses do capital financeiro globalizado. No marco dos debates entre os membros do Conselho da Comunidade Solidária – fórum governamental de interlocução com a Sociedade Civil – surge o conjunto de resoluções sobre o microcrédito, que não deixa margem a dúvidas: o microcrédito é visto tão somente como uma extensão do Sistema Financeiro Nacional, e, conseqüentemente, portador de todas as distorções que

lhe são inerentes, reafirmando a centralidade e o controle do Estado sobre as iniciativas autônomas locais. Portanto, o império do Estado sobre a liberdade, a iniciativa e as construções populares.

Importante é ressaltar acerca deste argumento o fato de que, para Toscano (2002, p. 01) “como extensão do sistema financeiro, o microcrédito jamais servirá como mecanismo de combate à pobreza”. Mais ainda, esse autor assegura que, aportar microcrédito pode viabilizar pequenos empreendimentos individuais, mas nunca será suficiente para estruturar um processo de desenvolvimento socioeconômico local, pois:

[...] falta-lhe a necessária articulação com políticas públicas voltadas à promoção do resgate político de imensa parcela da população que vive na informalidade, excluída, portanto, do mercado capitalista tradicional, quer como produtores quer como trabalhadores e consumidores.

Além das críticas feitas ao microcrédito como simples extensão do sistema financeiro nacional, Toscano não deixa por menos o questionamento sobre a “febre” em torno do empreendedorismo, ou seja, da mitificação de que qualquer cidadão pode ser um empreendedor. Em recente palestra, proferida no “I SEMINÁRIO BANCO CENTRAL SOBRE MICROCRÉDITO”², no Recife, após exaurir as possibilidades semânticas da expressão “empreendedor”, assim se posicionou:

[...] existe uma enorme distância entre o empreendedor econômico e o ativo líder comunitário que não deixa de ser, igualmente, um empreendedor. Entendemos ser factível às pessoas buscarem alternativas de sobrevivência por meio de atividades que garantam ou complementem sua renda. Entretanto, em nosso particular juízo, existe uma forte carga ideológica por trás do culto ao livre empreendedorismo.

Há muito a dizer a respeito dos programas de fomento ao microcrédito e ao empreendedorismo como estratégias de geração de ocupação e renda e como instrumentos de inclusão social e combate à pobreza. Em geral, são bastante seletivos porque exigem que os pequenos produtores, pretendentes ao crédito, já estejam no mercado há pelo menos um ano, além de estarem "limpos" nos serviços de proteção ao crédito.

Isto significa que, teoricamente, os programas de microcrédito para empreendedores são disponibilizados a setores da chamada população ocupada (PO). Significa, portanto, que os programas de microcrédito só atendem os que já estão, bem ou mal, inseridos no mercado. Se se considerar, também, o conceito de população não economicamente ativa – PNEA (segmentos da população que não pressionam o mercado de trabalho), a conclusão é de que são bastante limitadas as possibilidades de geração de novas ocupações via microcrédito e, principalmente, bastante questionável o poder de o microcrédito combater a pobreza.

Sobre o assunto, relatório do IBA-SE³, em diversas passagens, assinala que os resultados dos programas de concessão de crédito ao setor informal consolidam mais ocupações do que ensejam novas. Ora, se a maioria absoluta dos programas de microcrédito não oferece metodologias para criação de negócios, e, por via de consequência, de mais ocupações, cabe-me indagar: o microcrédito é, de fato, instrumento de combate à pobreza?

Suspeito que o composto microcrédito/empreendedorismo, entendido como estratégia de emancipação de trabalhadores da pequena produção, rumo ao *status* de empresário, impacta muito menos do que os discursos apologéticos anunciam. É provável que isto seja mais microfinanciamento destinado a pequenos negócios nos âmbitos da sobrevivência e da acumulação simples, que refletem, em última instância, a marca da estraté-

gia de sobrevivência diante da crescente dificuldade de encontrar emprego formal no atual regime flexível de acumulação de capital.

As políticas de microcrédito para os empreendedores de pequeno porte do bairro Granja Portugal

A população total do bairro Granja Portugal é de 42.413 habitantes. Em termos absolutos, a sua população economicamente ativa – PEA corresponde a 16.915 pessoas. De um contingente de 11.832 pessoas ocupadas, 5.666 estão trabalhando no setor formal da economia, enquanto 6.166 estão ocupadas no setor informal de trabalho. A configuração ocupacional de sua força de trabalho registra, ainda, 5.083 trabalhadores desempregados (SDE/PMF, 2006).

O bairro Granja Portugal é o mais significativo em termos de pequenos negócios informais, dentre os demais bairros do Grande Bom Jardim, apresentando 1.047 estabelecimentos, segundo o Diagnóstico Sócio – Participativo elaborado pelo CDVHS/GPDU (2004). A partir desse universo e da delimitação de uma amostra, composta de 142 unidades produtivas, realizamos uma pesquisa sobre as condições socioeconômicas desses pequenos estabelecimentos, bem como, a ação econômica dos microprodutores para viabilizarem a sua sobrevivência.

Quando se observa o cenário geral dos pequenos negócios informais do bairro Granja Portugal fica claro que o grande vetor que os caracteriza, em geral, é o nível de subsistência e acumulação de capital simples, com as marcas da improvisação e, de certa forma, com a cara e o tamanho da situação socioeconômica desse território. Para se ter uma ideia, 70.40% dos estabelecimentos informais são do ramo de microcomércio (mercearias, bares e lanchonetes, armazinhos e vendas de artesanato).

Tais estabelecimentos, aqui entendidos como atividades comerciais muito precárias, não ultrapassam rendimentos médios em torno do salário mínimo. A começar pelas modestíssimas instalações físicas, mal sinalizadas, com pouquíssimo sortimento de mercadorias. Tais unidades comerciais resumem-se à venda de cachaça e frango, ou, simplesmente, de xilitos, ovos e refrigerantes. É muito comum, também, pequenas vendas de frutas, juntamente com a comercialização de cartões telefônicos e do "totolec" (bingos eletrônicos da Loteria Estadual do Ceará), barzinhos especializados na venda de bebidas, tira-gosto e jogo do bicho, venda de ferro-velho e de sucata de eletrodomésticos, em plena via pública.

A grande incidência do funcionamento dos pequenos negócios informais da Granja Portugal, na própria residência dos seus proprietários, confirma um dos atributos da economia informal, qual seja, a condição essencialmente familiar da gestão do negócio, geralmente utilizando a mão de obra dos denominados "membros da família sem remuneração". Além disso, a polivalência da utilização do domicílio familiar para fins comerciais assume razoáveis proporções, porquanto termos constatado, não somente a existência de apenas um tipo de negócio por domicílio, mas de vários negócios envolvendo toda a família, conforme observações não só na Granja Portugal, mas, também, nos bairros Canindezinho e Bom Jardim. Esse fato me levou a defini-los como "complexos produtivos informais familiares", seguramente, uma característica do Grande Bom Jardim.

A jornada de trabalho das microunidades informais de produção da Granja Portugal é uma variável bastante importante nesse estudo. Para se ter uma ideia, 71,80% dos micronegócios pesquisados funcionam sete dias por semana, o que se traduz numa super-jornada. Em seguida, 20,40% deles funcionam seis dias por semana.

Um dos aspectos importantes levantados pela pesquisa foi o quadro da renda dos proprietários dos micronegócios. Assim, 31,70% deles informaram auferir menos de R\$ 350,00 (menos de um salário mínimo). 33,80% indicaram perceber rendimentos entre um e dois salários mínimos e 21,10% declararam ter rendimentos na faixa entre dois e três salários mínimos. Tomando como base o intervalo de menos de um até três salários mínimos, teremos um percentual acumulado de 65,50% dos microprodutores nessa faixa de renda.

Analisando, agora, a questão do financiamento dos pequenos negócios pesquisados na Granja Portugal, as formas mais incidentes foram por meio de "recursos próprios", com 37,91% das respostas. Tais recursos decorreram de poupanças e economias dos entrevistados, relativas a trabalhos anteriores, bem como, da venda de bens, como casa, objetos pessoais e até animais domésticos.

Em seguida, despontou o item "rescisão trabalhista", com 22,53%. Em terceiro lugar se destacou o item "programas sociais do Governo, com 13,38%. Convém destacar, aqui, que esses programas, relativos a recursos provenientes do Seguro Desemprego, aposentadorias e pensões, registraram, também, recursos do Pró-Jovem, do Bolsa Família e da Bolsa Escola.

Outra forma de financiamento para abrir negócio, que se destacou dentre as respostas foi "empréstimos particulares", com 9,86%. Suspeitamos que tais empréstimos sejam provenientes dos agiotas, fato, inclusive, citado em bibliografia sobre microcrédito (IEC - SINE/CE - GTZ/1990), como sendo uma forma tradicional de financiamento de pequenos negócios do setor informal. Evidentemente, essa constatação se alterou de 1990 para cá, conforme atesta a nossa pesquisa, que, embora reconhecendo a importância dos empréstimos particulares apontou outras modalidades de financiamento mais expressivas.

Os "recursos de familiares" constituíram-se outra possibilidade de financiamento para a abertura de negócios. Em geral, são apoios financeiros bancados pelos pais dos microprodutores, pelos irmãos, pelos filhos, pelos maridos e esposas e companheiros (as).

Quanto aos programas de concessão de microcrédito mais atuantes junto aos microprodutores da Granja Portugal, o Crediamigo, do BNB liderou, com 55%. Em seguida, apareceu o Banco Popular do Brasil, do Banco do Brasil, com 13,33% e a Caixa do Povo, programa instituído pelo então Banco do Estado do Ceará – BEC, com 6,67%. É cabível, aqui, salientar a predominância estatal das experiências de microcrédito no bairro da Granja Portugal, fato que contraria uma das características dos programas de microfinanças, em geral, operacionalizados sob a forma de organizações não governamentais.

Isso deve ter acontecido por conta da entrada de entidades governamentais operando o microcrédito, nos últimos anos. Ademais, a forte expansão do Crediamigo, inclusive em toda a região do Grande Bom Jardim, contribuiu para a hegemonia dos programas governamentais. Outro fato que chamou a atenção foi a discreta participação do programa Cred Sol, da FUNDESOL, agência de desenvolvimento local situada no GBJ. Talvez isso tenha ocorrido pela reduzida atuação dessa agência no bairro Granja Portugal, de vez que a mesma tem se concentrado nos bairros Canindezinho e Bom Jardim.

Para aprofundar a questão do empreendedorismo no território da Granja Portugal, formulamos na pesquisa uma questão em que constavam algumas alternativas ocupacionais em que os microprodutores abandonariam o exercício do seu negócio. Além dessas possibilidades, incluímos um item denominado "em nenhuma das opções apresentadas". O sentido metodológico desse procedimento foi averiguar a convicção daqueles que exercem a condição de conta própria, ante a possibilidade de obterem um emprego fixo. Assim, 19%

dos microprodutores entrevistados afirmaram que abandonariam o seu negócio caso conseguissem um emprego com maior remuneração, com carteira assinada, no seu ramo de atividade. 17,10% dos trabalhadores informais indicaram que deixariam o seu negócio se tivessem um emprego com maior remuneração, com carteira assinada, mesmo que fora do seu ramo de atividade. Diante da condição de um emprego com maior remuneração, sem carteira assinada e fora do seu ramo de atividade profissional, 11,10% dos microempresários inquiridos largariam o seu negócio.

Por seu turno, 10,20% dos microprodutores pesquisados informaram que abandonariam o exercício do seu negócio, caso obtivessem um emprego com maior remuneração, sem carteira assinada e no seu ramo de atividade. Uma minoria insignificante, com 0,90% se pronunciou afirmando que deixaria o seu negócio, mesmo com um emprego com menor remuneração, com carteira assinada e no seu ramo de atividade. Nas mesmas condições acima, exceto sem o benefício da carteira assinada, 0,50% dos entrevistados abandonaria o seu negócio. Se compararmos as alternativas, isoladamente, a que se refere à assertiva "em nenhuma das opções apresentadas" foi a mais incidente, com 41,20% das respostas.

A leitura crítica dessas cifras nos revela duas questões importantes. A primeira ratifica o nível de convicção dos microprodutores que não abandonariam os seus negócios em nenhuma hipótese, com 41,20% das respostas. A segunda demonstra que o somatório das alternativas em que um emprego, em qualquer das condições oferecidas, faria o microprodutor abandonar o seu negócio, atingiu um percentual da ordem de 58,80%. Esses resultados confirmam a tendência já observada em estudos anteriores acerca do "empreendedorismo por oportunidade" e do "empreendedorismo por necessidade". Impõe-se, agora, aprofundar mais o significado desses números. Para isso, a pesquisa procurou saber as razões

das respostas dadas pelos entrevistados. Assim, dentre aqueles que não deixariam, em nenhuma circunstância, o seu negócio, 19,30% afirmaram que a razão é porque gostam muito do que fazem. Por sua vez, 16,28% declararam não ter mais idade para procurar emprego fixo, enquanto 11,52% atestaram não mais buscar emprego fixo por questões de saúde. Aqueles que, ainda estão persistindo no negócio e acham que vão progredir, atingiram um percentual de 10,93%.

Dos trabalhadores convictos de que não abandonariam os seus negócios, 9,35% justificaram a sua decisão em função de não gostarem de trabalhar fora, para os outros. Convém salientar, ainda, que 9,21% dos microprodutores informais da Granja Portugal informaram que, mesmo com emprego fixo não abandonariam o seu próprio negócio. No que tange às razões pelas quais 52,80% dos microprodutores pesquisados informaram que deixariam os seus negócios, 34,70% dos microempresários estariam dispostos a abandonar os seus negócios movidos pela possibilidade de melhor remuneração. Alguns deles disseram que deixariam os seus negócios caso ganhassem mais de um salário mínimo a três vezes mais do que ganham atualmente.

Em seguida, 26,53% dos microempresários inquiridos posicionaram-se a favor da alternativa referente à estabilidade no trabalho e vantagens trabalhistas. Ficou muito claro, nessa opção, que os microprodutores valorizam muito a estabilidade e a previdência social. Outro aspecto que chamou a atenção, com 18,37%, foi a questão da super – jornada dos trabalhadores informais nos seus negócios, já demonstrada nessa pesquisa. Muitos dos microprodutores informais pesquisados chegaram a dizer que se sentiam “presos” e que não tinham mais final de semana.

Por todas as razões apresentadas neste artigo, algumas lições parecem ter sido reveladas quanto ao padrão socioeconômico dos microempreendedores informais do bairro Granja Portugal. A primeira é que ficou patente a falta de consistência do argumento que atribui força aos programas de microcrédito e empreendedorismo no que concerne à geração de ocupação e ao combate à pobreza.

A segunda lição nos alerta para as precaríssimas relações de trabalho dos chamados microempreendedores, tanto do ponto de vista das condições de trabalho e, principalmente da ausência dos benefícios da legislação trabalhista que somente as ocupações formais asseguram.

Referências bibliográficas

- BANCO DO NORDESTE. *Crediamigo – O Microcrédito do Banco do Nordeste*. Folder e encartes de divulgação. Sem data.
- BANCO DO NORDESTE. *Programa Jovem Empreendedor*. Folder para divulgação. Sem data.
- BARONE, Francisco Marcelo et al. *Introdução ao Microcrédito*. Brasília, Conselho da Comunidade Solidária, 2002.
- CALDAS, Eduardo de Lima. *Da experiência do Microcrédito à Microfinança*. Artigo contido na Revista Polis, disponível em www.polis.org.br/publicações/artigos/microfin.html, em 10/09/2004.
- COSTANZI, Rogério Nagamine. *Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda*. In Revista Mercado de Trabalho – Conjuntura e análise. IPEA/ Ministério do Trabalho e Emprego. Ano7, junho de 2002.
- FONTES, Ângela M. Mesquita.(org). *A expansão das microfinanças no Brasil*. Rio de Janeiro. IBAM/Fundação Ford, 2003.
- IBASE. *Geração de Emprego e Renda – Democracia Viva*. Rio de Janeiro: Editora Segmento,1999.
- INSTITUTO EQUATORIAL DE CULTURA. *PNEA: Quem são, o que pensam e o que fazem*. Fortaleza, 1992. Inédito.

- NASCIMENTO e SILVA, Daniel. "O Empreendedorismo como Modismo Universitário". Disponível em [http:// www.admbrasil.com.br/arti- modismo.htm](http://www.admbrasil.com.br/arti-modismo.htm), consulta: 23/09/2005.
- RICCA, José Luiz. "Sebrae: O jovem empreendedor". In: Revista de Estudos Avançados (IEA) USP, n.51, agosto de 2004.
- RIFKIN, Jeremy. *O Fim dos Empregos. O declínio Inevitável dos Níveis de Empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books,1995.
- ROSCHEL, Sérgio. *Microcrédito no Brasil – Desenvolvimento e dimensionamento e características operacionais*. Mastercred Gemini Sistemas. Disponível em [www.mcred.com.br/mcred/artigo 8.htm](http://www.mcred.com.br/mcred/artigo8.htm). Consulta: 10/09/2004.
- SANTIAGO, Eduardo Girão. *Políticas de Trabalho em Escala Humana. Uma Crítica à Visão Mercadocêntrica*. Fortaleza. Editora LCR, 2001.
- SANTIAGO, Eduardo Girão. *Fundamentos filosóficos dos Programas de Microcrédito na América Latina – Década de 90*. Texto apresentado no Seminário Internacional "Idéias Sociais e Políticas na América Latina e Caribe", FLACSO. Brasília, 5 a 7 de dezembro/2000.
- SANTIAGO, Fábio A. *Microcrédito e Aval Solidário: a experiência do Grameen Bank, in: Estudos Empresariais*, ano 2, número 3, setembro/dezembro de 1997. Universidade Católica de Brasília – UCB.
- YUNUS, M. *O banqueiro dos pobres*. Tradução Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Ática, 2000.

Resumen: En este artículo se aborda el tema del microcrédito y la promoción del espíritu empresarial como las políticas públicas destinadas a los microempresarios de la economía informal. Presenta las principales características de los programas de microcréditos desarrollados en el barrio Granja Portugal, que constituye el jardín urbano denominado Grande Bom Jardim. Se centra en los límites y posibilidades de los programas de microcrédito como medio para generar empleos e ingresos para combatir la pobreza en el contexto teórico del compuesto de microempresarial y sobre la base de encuesta por muestreo realizada en este barrio, zona de mayor densidad de actividades económicas informal en las afueras de Fortaleza.

Palabras clave: Microcrédito. Generación de empleos e ingresos. El espíritu empresarial. Las políticas públicas.

Resumé: Cet article aborde la question du microcrédit et de la promotion de l'entrepreneuriat comme les politiques publiques destinées à des microentrepreneurs dans l'économie informelle. Présente les principales caractéristiques des programmes de microcrédit développé dans le quartier Granja Portugal, qui fait partie de la région urbaine appelé Grande Bom Jardim. Met l'accent sur les limites et les possibilités des programmes de microcrédit comme un moyen de générer des emplois et de revenus pour lutter contre la pauvreté à partir du cadre théorique du composé de microcrédit-entrepreneuriat et fondé sur une enquête par sondage réalisées dans ce quartier, zone de plus forte densité des activités économiques informels à la périphérie de Fortaleza.

Mots clés: Le microcrédit, La création d'emplois et de revenus, entrepreneuriat, Les politiques publiques.

Notas

- 1 Sobre este assunto, ver (Santiago, 2002).
- 2 Palestra proferida por Idalvo Toscano, intitulada "O jardim dos caminhos que se bifurcam: o microcrédito no Brasil", no I Seminário Banco Central sobre Microcrédito. Recife, 27 de Setembro de 2002. Disponível em <http://www.mcred.com.br/mcred/artigo4.htm>. Acesso em 10/09/2004.
- 3 IBASE – *Democracia Viva*. Edição Especial, 1999 (Esta publicação refere-se a uma avaliação dos resultados do PROGER em oito estados da Federação).